

nacional

Richardson regressou aos EUA: empresários americanos connosco?

O primeiro-ministro Mário Soares manteve ontem uma reunião de trabalho com o ministro norte-americano do Comércio, Eliot Richardson, que há alguns dias se encontrava no nosso país, tendo ontem regressado aos Estados Unidos. Como resultados imediatos da visita, podem ser apontadas a decisão de uma maior participação americana na construção do complexo de Sines e um maior interesse das empresas daquele país pelos projectos actualmente em curso em Portugal.

Antes de embarcar, ao princípio da tarde de hoje, o ministro Eliot Richardson manteve conversações com o ministro português das Finanças. Durante o almoço com que foi homenageado, no American Club de Lisboa, aquele membro do governo americano referiu-se à sua estada em Londres, Bucareste, Belgrado, Rabat e Ancara, entre outras capitais, salientando as principais dificuldades com que se debatem os governos daquelas capitais. A inflação, os «déficits» das balanças de pagamento, o

desemprego, a diversidade dos papéis que cabem aos sectores privados e públicos. Sobre a situação americana, referiu alguns dos mecanismos de actuação do Estado, como o sistema de taxas e os incentivos fiscais selectivos, o «controle» da decisão económica privada no sentido da defesa dos consumidores, etc.

Analizou, em seguida, as tradições possíveis entre as exigências do plano e a autonomia dos agentes económicos, em termos de centralização e liber-

dade, no interior dos regimes democráticos.

Ao concluir a sua intervenção, afirmou que não é imperioso subordinar ou sacrificar a liberdade às necessidades do desenvolvimento económico. Pelo contrário, será na liberdade que se deverão assentar os mecanismos de uma decisão económica. Em resposta a uma questão que lhe foi apresentada, Richardson considerou que não são de se esperar modificações da política americana em relação a Portugal.

Acordo de cooperação Portugal-Macau

A assinatura de protocolos com o ministério das, secretária de Estado do Comércio Externo e com o Fundo de Fomento de Exportação foram os aspectos mais significativos, a nível nacional, da recente deslocação a Lisboa do secretário adjunto para a Coordenação Económica de Macau, Fonseca de Almeida.

Esta deslocação a Lisboa, que se integrou no âmbito da sua visita de trabalho à França, Inglaterra, Bélgica, Alemanha Federal e Estados Unidos da América teve por objectivo resolver problemas do sector económico deste território que se encontram pendentes, segundo revelou Fonseca de Almeida em confe-

rência de Imprensa concedida em Macau.

No domínio das relações económicas entre Macau e Portugal o acordo de cooperação assinado entre o FFE e a repartição dos serviços de economia deste território, que aguarda publicação, estabelece que ambos decidem contribuir para o incremento das relações comerciais entre Macau e Portugal devendo os dois organismos manter-se informados dos concursos públicos abertos internacionalmente pelos serviços e empresas de interesse público.

Foi ainda acordado promover a existência de uma ligação institucional entre os dois departamentos devendo ambos cooperar tecnicamente, nomeadamente em aspectos ligados à preparação de funcionários em especial na de criação do órgão equivalente em Macau.

Enquanto que o FFE se compromete em apoiar logística-

mente as missões de Macau oficiais ou comerciais — nos países onde dispõe de delegação, Macau representará o FFE na sua área de influência (Macau-Hongkong-Filipinas-Singapura).

O FFE e o seu órgão equivalente em Macau conferirão ainda a possibilidade, às firmas de ambos os territórios, de se integrem em representações nacionais, em feiras e missões comerciais da acordo com critérios identificados.

O sector dos têxteis em que Portugal e Macau são fortes concorrentes internacionais não é abrangido por este protocolo, podendo no entanto neste sector haver uma política concertada de promoção entre os dois governos desde que sejam salvaguardados os interesses de ambas as partes.

No tocante ao protocolo do Comércio Externo, que também aguarda publicação, este para além de estabelecer que cessa a cobrança em Portugal da sobre-

taxa aduaneira de 30 (trinta) por cento e o depósito de 50 (cinquenta) por cento aplicado sobre as mercadorias de origem nacional provenientes de Macau determina restrições nas importações em Portugal no tocante a tecidos e produtos de lã e malhas macaenses. Em relação ainda a este assunto, o dr. Fonseca de Almeida referia a título pessoal que na sua opinião logo que este acordo seja publicado deveria também entrar em vigor uma revalorização da pataca em relação ao escudo, o que provocaria um aumento das exportações de Portugal para Macau.

A criação do Banco Central de Macau foi também assinalada tendo o responsável pelo sector económico de Macau revelado que manteve reuniões com o grupo de trabalho que está a elaborar o seu projecto o qual na presente data já deve estar concluído.

Fim do conflito na «Maconde»

O conflito laboral da têxtil «Maconde», de Braga, encontrou, ontem, finalmente, solução. Com efeito, durante a manhã, representantes dos trabalhadores, dos sindicatos, da entidade patronal e do Ministério do Trabalho reuniram cerca do meio-dia. Pela madrugada, foi conseguida uma plataforma de acordo, reconhecendo a fábrica de Braga a laborar na próxima segunda-feira.

Proceder-se-á, entretanto, o inquérito às duas trabalhadoras suspensas, para o que o Governador do Distrito nomeará a respectiva comissão. Quanto ao pagamento dos salários em atraso, ficou decidido fazê-lo sob a forma de adiantamentos parcelares, comprometendo-se os operários a aumentar, quanto possível, os níveis de produção.

Salva esta madrugada a tripulação do «Norceano»

Foi salva esta madrugada a tripulação do arrastão português de 200 toneladas, «Norceano», naufragado ontem à tarde perto da Base Aérea de S. Jacinto. Antes de se concretizar a operação de salvamento goraram-se, até cerca das duas horas da madrugada, todas as tentativas de o fazer, incluindo a utilização de meios aéreos (devido ao mau tempo) e o lançamento de foguetões, para a colocação de cabos de vai-e-vem.

A origem do acidente esteve no bloqueamento do hélice da embarcação, envolvido por uma das redes que os pescadores utilizavam, quando pescavam junto à Praia de S. Jacinto, na barra de Aveiro. O arrastão, desgobernado, vagou à deriva até que encalhou no areal, um pouco ao Norte da Base Aérea.

Novo bacalhoeiro esperado em Viana

Espera-se que fundeie, no princípio da próxima semana, no porto de Viana do Castelo, o «Senhor do Mar», bacalhoeiro que termina a sua faina nos bancos da Terra Nova.

O navio transporta cerca de dois mil quintais de bacalhou para cura, o que se considera animador, uma vez que se tem verificado uma considerável redução nesta campanha. Refere-se a propósito que, o «S. Rui» demandou, há dias, aquele mesmo porto com treze mil quintais daquele pescado — valor que não era atingido há cerca de 15 anos — passando, portanto, a constituir um *record* de capturas.

Centros de Infância do Porto sob ameaça de encerramento

Os Centros de Infância do Porto estão sob a ameaça de encerrar no fim deste ano, revela o parecer da Direcção de Serviços de Assuntos Jurídicos da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais.

Para debater a situação, realizou-se um plenário do Secretariado das Organizações Populares para a Infância do Porto. Foi ali salientado que, «submanter aquelas instituições ao reconhecimento de concessão ao Ministério dos Assuntos Sociais é sujeitá-las a um regime de que a legislação democrática afastou da ordem jurídica». Uma moção de protesto, face ao parecer agora divulgado, vai ser enviada ao governo.

Força Naval da NATO hoje em Lisboa

Entrou hoje no Tejo, onde permanecerá até terça-feira próxima, uma força naval da NATO composta por sete navios de diversas nacionalidades, com uma guarnição de 123 oficiais e 1399 sargentos e praças.

Pelas 15 horas, a bordo do navio-comandante, realiza-se hoje uma conferência de Imprensa.

Boas perspectivas turísticas segundo o «Financial Times»

Em círculos afectos ao Turismo, afirma-se que 1977 é o «Ano de Portugal», escreveu o «The Financial Times», na sua última edição, salientando que «havendo estabelecido a política portuguesa, os turistas começam a voltar em força».

A concluir, aquele jornal britânico expressa a opinião de que «Portugal possa ser a zona de boas perspectivas de um ano que se não adivinha muito brilhante para o turismo inglês».

Portugal no congresso da magistratura francesa

O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público de Portugal participa no congresso da magistratura francesa, que está a decorrer no apalácio da Justiça, em Paris. O representante português é o dr. Dengucho, juiz da comarca da Marinha Grande.

Neste congresso, estão presentes organizações dos magistrados de toda a Europa.

PRESOS POLÍTICOS À VENDA

Quando o Governo da Alemanha Oriental decidiu edificar o Muro da Vergonha, dividindo ao meio a cidade de Berlim, os seus cidadãos viram-se subitamente apanhados numa armadilha e inúmeras famílias ficaram divididas.

A Alemanha Oriental tentava, desta maneira, pôr cobro ao elevado êxodo populacional que se tinha registado até 1949, que levou cerca de 16% da população a abandonar o Oriente.

Mas a construção deste muro apenas serviu para intensificar o descontentamento geral. Começaram então as desesperadas tentativas de fuga, e as prisões encheram-se de pessoas cumprindo até 5 anos de prisão pela primeira tentativa, e até nove, pela segunda. Em 1963, existiam nas cadeias da Alemanha Oriental 12 mil presos políticos nestas condições.

Foi então que Wolfgang Vogel, conhecido advogado da Alemanha Oriental, e ao que parece, membro da polícia política do seu país, iniciou um dos mais sujos negócios do mundo, vendendo presos políticos à Alemanha Ocidental, ao preço de 16 mil dólares, por cabeça. Foi através desta operação inclassificável, (Kopfgeld — dinheiro por cabeça), que 10 mil presos políticos foram postos em liberdade.

Como funciona o programa Kopfgeld e quem é exactamente o Dr. Vogel? Por que razão paga o Ocidente? Leia o número de Dezembro das Selecções do Reader's Digest, agora posto à venda.

LUSTRES

de requinte antigo e moderno para o seu lar. Fábrica, Av. 5 de Outubro, 203, r/c., Esq. (ao Campo Pequeno). Tel. 77 1639.

VENDA AO PÚBLICO

Autarquias locais

FEPU apresenta programa

«Devolver a cidade ao povo» é o nome do programa para a Câmara e Assembleia Municipal da «Frente Eleitoral Povo Unido», conforme foi revelado em conferência de Imprensa. Além disso, responsáveis como Silva Graça, Helena Cidade Moura, Jaime Serra, Oliveira Sá e Manuel Pedro, fizeram um balanço das actividades da FEPU, desde o início da campanha eleitoral para as autarquias locais e as próximas actividades a desenvolver.

Sobre o programa do «Povo Unido», um dos responsáveis afirmou e segundo consta do programa, que «é tempo de devolver, de facto, a cidade aos seus habitantes, permitindo-lhes pôr em prática uma política que assegure a plena valorização da cidade e da população». Fiel ao espírito e à letra da Constituição, a lista do Povo Unido propõe-se estimular e apoiar a intervenção

organizada do povo de Lisboa, designadamente por intermédio das organizações populares de base e de outras formas de representação democrática, na defesa intransigente dos seus interesses».

No programa do Povo Unido que começou a ser distribuído ontem, em forma de jornal com oito páginas, sob o título «Povo Unido», constam os principais pontos que a lista defende para a Câmara e Assembleia Municipal de Lisboa.

Logo depois de revelarem o programa, os responsáveis fizeram um balanço da actividade desenvolvida pela FEPU em Lisboa, onde pretendem realizar aproximadamente 200 comícios e sessões de esclarecimento durante a campanha eleitoral. O comício de encerramento será efectuado no próximo dia 8 no Campo Pequeno, e contará com

a presença de Silva Graça (primeiro candidato à Câmara) e de José Tengarrinha (primeiro candidato à Assembleia), além de representantes dos partidos que integram a FEPU, e uma sessão de canto livre».

A FEPU concorre em 39 freguesias das 53 que compõem o concelho de Lisboa. Nas 14 restantes, «a FEPU apoia as listas unitárias, comissões unitárias, comissão eleitoral unitária, comissões unitárias de moradores, lista de moradores e a lista pela freguesia pela Democracia».

Finalmente, elementos da FEPU do concelho de Torres Vedras, anunciaram que, no passado dia 29, pediram a suspensão do juiz João Barroso de Moura, responsável pelos concelhos de Cadaval, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, por não ter aceitado a inscrição das listas do «Povo Unido».

O MRPP em 11 Câmaras

O MRPP concorrerá às eleições para as autarquias do distrito de Lisboa a 11 câmaras municipais, 75 freguesias e uma assembleia municipal. No distrito de Setúbal, o MRPP candidata-se a 10 das 13 câmaras, 6 das 13 assembleias e 16 freguesias.

Estes números foram revelados por Fernando Rosas, membro do Comité Central do MRPP e director do seu órgão oficial, «Luta Popular», numa conferência de Imprensa sobre a posição do seu partido face às eleições para as autarquias locais.

Fernando Rosas afirmou que o seu partido apresentaria candi-

daturas em locais que correspondem a cerca de 50 por cento do total dos eleitores do país. Revelou ainda, que nas autarquias em que o seu partido não apresenta candidatura própria, «aconselhará o voto em branco, a menos que apareçam listas de cidadãos sem partido e democratas, que terão então o apoio do MRPP».

Para o MRPP, o principal objectivo destas eleições «é unir os trabalhadores num programa de luta para a defesa dos seus interesses». Por outro lado, esta campanha «seria aproveitada

para uma mobilização para o seu primeiro Congresso, que terá lugar nos dias 26, 27 e 28 do corrente mês».

Fernando Rosas fez questão, por outro lado, de acusar o PS de «manipulação das leis eleitorais» com o objectivo de prejudicar a candidatura de certos partidos, em especial o MRPP.

Para o director do «Luta Popular», os resultados destas eleições marcarão uma derrota do Partido Socialista, em virtude das medidas anti-operários e anti-populares que o Governo tem tomado.